

**ATA DA 268ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO, 11/03/2021**

**PRESIDENTE**

EDSON APARECIDO DOS SANTOS

**COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA**

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA

**SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP**

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

**LISTA DE PRESENÇA**

**I – Conselheiros Presentes**

**Representantes da Sociedade Civil:**

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

DÉBORA ALIGIERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

ANDERSON PEREIRA LOPES (TITULAR) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CIRLENE SOUZA MACHADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOCILEIA NEIA DA COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ZANDRA FÁTIMA BAPTISTA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JILSOMAR PINHEIRO DA SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARTA ANTÔNIA SOARES (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MÁRIO FRANCISCO FRANÇA DA SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PATRÍCIA PEREZ E SILVA DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

GILBERTO FRACHETTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS

**Representantes dos Trabalhadores em Saúde:**

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE  
VALTER MARTINS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE  
LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS  
FLÁVIA ANUNCIACÃO DO NASCIMENTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS  
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS  
JULIA PAGANO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM  
CLÁUDIO ANDERSON RODRIGUES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM  
ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

**Representantes das Instituições Governamentais:**

JORGE HARADA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA  
REINALDO JOSÉ TOCCI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO  
VERA MARIA DA SILVA RIBEIRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

**Representantes do Poder Público:**

FABIO HENRIQUE SALLES– (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO  
DRAUSIO SOARES FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO  
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO  
FRANCIS DA SILVA FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO  
MARILDA SILVA SOUSA TORMENTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO  
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO  
MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

**II – Justificativas de ausência:**

EDSON APARECIDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO  
ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE  
ELZA CALIXTO LIMA (SUPLENTE) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL  
GIVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE  
PAULO MOURA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE  
MARISA ROSA BARBOSA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO PRADO DE CAMARGO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
DAVI ALVES SENA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
SUELY LIMA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS  
MARGARETE APARECIDA DE OLIVEIRA PRETO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS  
PAMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
EDUARDO GIACOMAZZI (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS  
CARLOS MIGUEL BARRETO DAMARINDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS  
ISMAEL GIANERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS  
ANA LÚCIA FIRMINO - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE  
JOSÉ CARLOS SALVADOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS  
CLÁUDIO LUIZ DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM  
MARGARETH ANDERAO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM  
NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS  
MARCO AKERMAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA  
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA  
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA  
CARLOS ALBERTO FERREIRA GOULART -(SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO  
FERNANDA SILVA FUSCALDI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

### **III – Ausentes:**

Em virtude da realização da reunião através de videoconferência, onde alguns conselheiros não puderam ter acesso ou relataram dificuldades no uso da ferramenta Microsoft Teams, os ausentes terão justificativa garantida.

### **ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:**

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

### **DIGITAÇÃO:**

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AGPP

### **REVISÃO GERAL:**

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Inicia a reunião, após verificação de quórum, cumprimentando a todas e todos. Há muitas tarefas a realizar. A transmissão ao vivo começará em instantes. Informa da nova plataforma utilizada, que se chama Cisco Webex Meeting.

Pergunta se há representantes das áreas técnicas para apresentações.

Pauta da reunião: Aprovação da Ata da 267ª Reunião Plenária Ordinária;

- A- Informes da Mesa;
- B- Informes dos Conselheiros;
- C- Informes das Comissões;
- D- Ordem do Dia:

- Situação da Covid-19 no município de São Paulo:

- Ocupação dos leitos hospitalares e UTI;
- Situação vacinal;
- Volta às aulas;
- Apresentação do Estudo do Instituto Pólis sobre priorização de vacinas na periferia;

- Planejamento do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo;

- 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo.

### **Deliberações**

- Nota Técnica sobre vacinação contra Covid- 19 em clínicas particulares;

- Minuta de Resolução da Comissão de Educação Permanente sobre o COAPES – Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino – Saúde;

- Moção de Apoio ao Estudo do Instituto Pólis sobre priorização de vacinas na periferia.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Lembra que há apresentação do Instituto Pólis, Dr. Jorge Kayano. Quer consultar se vão deixar informes de conselheiros e de mesa para depois, entrando diretamente na Ordem do Dia. Depois, vão para as deliberações. Propõe retirar da pauta o ponto nº 2 da Ordem do Dia, retrocedendo para discussão na Comissão Executiva.

Ordem do Dia: 1º COVID, 2º Conferência.

Nas deliberações, propõe tirar da pauta a nota técnica sobre clínicas, que está pendurada há bastante tempo. Propõe colocar na questão da Conferência aprovar a proposta de um remanejamento para o segundo semestre e outras propostas tiradas na reunião da Comissão Organizadora ocorrida hoje pela manhã, quer trazer para deliberação no Pleno.

**Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste:** Propõe deixar para o final os Informes das Comissões, mas que ocorram. Há informes importantes.

**Zandra Fátima Baptista, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Propõe retirar da pauta o item sobre o COAPES. Há coisas urgentes pra falar hoje.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Fala da pauta com alteração. Há várias proposições para iniciar com apresentação do Dr. Jorge Kayano no ponto da COVID. Os informes ficam garantidos para o final da reunião. Consulta o Pleno. Aprovadas as alterações, com os informes no final da reunião. Aprovada pauta com alterações. Consulta o Pleno. **Aprovado.**  
Vão iniciar pela COVID.

**Convidada Miriam Carvalho de Moraes Lavado, da AGP da SMS:** Quem vai trazer a pauta com informações de COVID é o Ivan Cáceres, assessor parlamentar e assessor de gestão participativa da SMS. Ele está em outra reunião e poderá vir a partir das 15h. Pode ficar por volta de 40/50 minutos. Então, poderiam colocar o tema da conferência antes da apresentação.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Cita que o Dr. Jorge Kayano já está presente e pode começar sua apresentação. Se o Ivan demorar a chegar, mudam a ordem.

**Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP:** Além da 267ª Reunião Plenária Ordinária, também solicita a aprovação da 4ª Extraordinária, que foi enviada a todos. Informa que hoje comemora 10 anos de trabalho aqui no CMS. Agradece a confiança dos conselheiros e à sua equipe.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Anuncia a presença e participação do Dr. Jorge Kayano para apresentar estudo realizado pelo Instituto Pólis com dinâmica diferente para vacinação em São Paulo. A proposta é que ele esclareça o estudo que o Pólis fez sobre o impacto da covid 19 nas populações mais vulneráveis na cidade de São Paulo, e respectivos territórios. O Instituto Pólis é instituição de São Paulo e realiza várias pesquisas, sobre vários temas da sociedade e em seus respectivos territórios.. Entre eles, fez este estudo sobre o impacto da covid nas populações vulneráveis, estudo que revelou questões que já conhecíamos ou tínhamos levantado hipóteses, e vem recomendar, em função de suas conclusões que o processo de vacinação tenha dimensão diferente.

**Convidado Dr. Jorge Kayano, do Instituto Pólis:** Cumprimenta a todos. Apresenta o Dr. Deivison Faustino, da UNIFESP, participante do estudo, com quem vai compartilhar a apresentação.

Fala dos critérios de vacinação utilizados atualmente. Acredita que o processo está sendo voltado para a população prioritária - idosos e profissionais de áreas essenciais para a Atenção à População. Não são contra, mas propõem um critério adicional.

Sabem que a cidade de São Paulo tem indicadores de mortalidade e prevalência acentuada na periferia da cidade. Têm acompanhado indicadores de mortalidade e incidência de casos. A prevalência da transmissão é mais acentuada na periferia, onde também se concentram maiores taxas de mortalidade.

Introduziram também um diferencial raça/cor. Taxas muito maiores de mortalidade foram identificadas na população negra.

Uma consultoria internacional que acompanha no mundo todo a comercialização e acesso às vacinas prevê para nosso país mais de 1 ano e meio para vacinação da população como um todo. Trata-se de previsão otimista, que não prevê os altos e baixos do governo, que prevê cada vez menos doses efetivas disponíveis. O que vem sendo colocado para a imprensa são promessas. A previsão de abril de 2022 para chegar a 75% da população - o que não é suficiente para controlar a pandemia no país - será retardada.

Do jeito que tem sido feita a vacinação, pega pessoas espalhadas na cidade como uma pulverização. Na prática, tem-se vivido pandemia que agravou desigualdade social com o aumento do desemprego e aumento da necessidade de deslocamento da população mais pobre, sem acesso ao isolamento. É sabido que é nos bairros mais ricos em que a população com mais de 80 anos sobrevive. A população de mais de 80 anos nas regiões periféricas é pequena. Buscam e querem aplicado para vacinação o princípio da equidade como objeto e princípio essencial ao SUS.

Em etapa posterior, o processo de vacinação em portadores de patologias está indefinido. Como se dará a escolha? Quais critérios? Os fatores de risco têm graduações, o que pode gerar conflito enorme.

Acredita que o critério territorial pode resolver essa questão. Portadores de patologias correspondem a 30% da população do país. E a população de 40 e 50 anos, como será realizada? Será necessária quantidade muito grande de vacina.

Propõe vacinar preferencialmente as regiões com maior incidência e índice de mortalidade porque são essas pessoas que mais espalham o vírus pela cidade. Vacinando preferencialmente regiões com mais casos e mortes, toda a cidade se beneficiaria. Passa a palavra ao Professor Deivison.

**Convidado Dr. Deivison:** Professor da UNIFESP, participou da pesquisa do Instituto Pólis.

Destaca algumas questões para reflexão. Inicialmente, muitos pensaram que o vírus fosse democrático. No entanto, a desigualdade social presente na sociedade interfere no acesso à prevenção à COVID-19 e nas possibilidades de cuidado caso o indivíduo se infecte. As condições desiguais do Brasil favoreceram a dispersão do vírus. As desigualdades sociais favorecem a dispersão do vírus e possibilidade de morte.

Dois fatores importantes são destacados no estudo: raça e território. Há, no município de São Paulo, desigualdade racial referente às chances de transmissibilidade e morte, como já comprovado por outros estudos. A chance de morte por COVID chega a ser duas vezes maior para a população negra. Adicionalmente, foi feita observação da desigualdade e distribuição de taxas de infecção, internação e mortalidade ao longo dos territórios. Foi percebido que a chance de morrer em determinados territórios é muito superior quando comparada a outros locais.

Qual a população que não consegue parar, mesmo com iniciativas de incentivo à inibição da circulação? Quem está em moradias precárias, condições de trabalho inadequadas? Este perfil é sociorracial e concentrado em determinadas áreas do município. Estas pessoas são aquelas que continuam circulando, levando o vírus a outros lugares. Novamente, propõe que se observem critérios territoriais de concentração de vírus, que indicam que o vírus está circulando muito mais.

Na avaliação deles é necessário criar bolhas de imunidade nos territórios, buscando atender primeiro quem é mais vulnerável em termos de idade e condições sociais, como forma de proteger a cidade como um todo. Isso causaria efeito sobre a queda dos números, já que se incidiria em espaços onde o vírus circula mais. Quando não é identificada a dimensão social nesses aspectos, as vacinas são pulverizadas por faixa etária, priorizando indivíduos que já estariam, de certa maneira, protegidos por fatores sociais. Propõe que se discuta e se agregue ao fator etário a dimensão territorial para priorização das vacinas. Foi elaborado mapa que indica em quais bairros a incidência é maior, para que os esforços de imunização sejam concentrados. Não observar a dimensão espacial pode contribuir para a disseminação do vírus, em condições de trabalho precárias, transporte público lotado, etc.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** A moção está nas deliberações. Consulta o pleno sobre a aprovação das atas: da 267ª e 4ª extra. **Aprovadas.**

Passa a palavra ao Dr. Ivan Cáceres.

**Convidada Miriam Carvalho de Moraes Lavado:** Apresenta o Convidado Dr. Ivan Cáceres, que é coordenador da AGPP da SMS, e falará a respeito das informações que se tem até agora sobre a disseminação da COVID-19.

**Convidado Dr. Ivan Cáceres, Assessor Parlamentar e de Gestão Participativa da SMS:** Cumprimenta a todos. Destaca que o país e o mundo passam por situação muito grave. No Brasil, a situação é muito complexa e acentuada por múltiplas variáveis, em especial de ordem socioeconômica. Entretanto, São Paulo se preparou para enfrentar a pandemia. A rede hospitalar própria foi ampliada. Atualmente há 8 novos hospitais em pleno funcionamento. Em nenhum momento houve desassistência. Ressalta que há população considerável de moradores de outros locais que vêm sendo acolhidos na cidade de São Paulo. Os municípios estão sendo atendidos na nossa rede e 23% das pessoas são de outras cidades e até outros estados. No que tange à rede hospitalar são 5 hospitais contratualizados, agregados à rede:

Cruz Vermelha, Sagrada Família, Santa Isabel, Santa Casa de Santo Amaro, Brigadeiro (400 leitos de enfermaria/10 UTI), Bela Vista (leitos de enfermaria, 108 leitos), Capela do Socorro, Guarapiranga, Parelheiros, Brasilândia. Agora estão na fase de conclusão mais 105 leitos no Hospital Cantareira.

Em 2020, havia a necessidade de implantação dos Hospitais de Campanha já em 2020, o que foi fundamental. Casos leves e moderados foram acolhidos via hospital de campanha para acompanhamento hospitalar. No Anhembi, com duas unidades; e no Pacaembu, unidade para egressos da UTI - visto que egressos de UTI precisam de tempo de recuperação para que possam retornar às suas residências com segurança. Foram liberados leitos de UTI de hospitais tradicionais.

Paralelamente, a SMS ampliou a rede hospitalar. No entanto, a situação é grave. Portanto, estuda-se contratar leitos na rede privada para acolher pacientes não COVID. Estão preparados para utilizar mais leitos, se necessário, para pacientes com COVID.

O prefeito Bruno Covas encaminhou para Câmara a proposta de integrar o consórcio de prefeitos para que o município de São Paulo possa integrar o comitê para compra de vacinas. Há autorização legal para isso, com aprovação do Congresso, Câmara Federal e STF, dando autonomia ao município para que sejam feitas aquisições.

Na terça-feira a autorização terá a autorização legal do Legislativo municipal para que a PMSP integre o Comitê dos Municípios da Frente Nacional de Prefeitos para este consórcio visando à aquisição de vacinas. A SMS já está em tratativas com laboratórios para aquisição de vacinas pelo município de São Paulo.

Isso demanda recursos. Há possibilidade de buscar recursos por emendas parlamentares. A Câmara Municipal de São Paulo está disposta a colaborar com a iniciativa. Cada vereador aprovará cota de 1 milhão de reais, totalizando 50 milhões de reais para aprovar esta iniciativa. Também há a possibilidade de se buscar recursos junto ao Governo Federal via emendas parlamentares.

No que tange à vacinação, é de conhecimento geral que o quantitativo de vacinas é insuficiente para ampliar as faixas que já vêm sendo vacinadas. Em função disso, seguindo o Plano Nacional de Imunização, que é de competência federal, o município de São Paulo deve seguir trabalhando com o quantitativo disponibilizado, via faixas etárias.

Com a autorização legal do Congresso para que as negociações evoluam e excepcionalmente o município adquira vacinas, será possível ampliar a capacidade e incluir mais pessoas no processo de vacinação.

Sobre a abertura das escolas - crê que com as medidas emergenciais, as escolas municipais e estaduais não seguirão com suas atividades presenciais. As escolas do Estado de São Paulo não vão funcionar, exceto as escolas particulares que tenham condições de atender aos protocolos de segurança. Essas questões têm muitas variáveis a serem consideradas. Não é uma questão simples.

Os dados de vacinação estão no site da Prefeitura, assim como o número de pacientes internados. Hoje temos 1.849 leitos, UTI – 978 leitos, Enfermaria - 877 leitos. Taxa de ocupação é superior a 80% e em alguns hospitais chega a 90% e alguns com 100%, como Saboya, Hungria, Brigadeiro.

São Paulo tem rede estruturada que vem sendo objeto de demanda, procurada por municípes de outros locais.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Abre rodada de perguntas – grupos de 8 conselheiros.

**Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais**

**Gerais:** Pede que o Ivan fale novamente sobre o fechamento das escolas. Se a prefeitura vai seguir o determinado pelo Estado. Quer detalhes sobre os equipamentos de educação.

**Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência:** Tem duas questões. Uma sobre leitos de UTI e enfermaria. São suficientes para aumento de procura de leitos de UTI? Está se prevendo aumento do procura de leitos?

Outra questão é sobre a apresentação do Instituto Pólís, proposta que considerou interessante, critério territorial. Fala que drive-thru não alcança essa faixa territorial, que desfalca UBS de profissionais, para atender classe média e alta. Até quando vão tirar profissionais de UBS para atuar no drive-thru?

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais**

**Categoria Saúde:** Tem duas coisas importantes. Inicialmente cumprimenta o Ivan e diz que o Secretário Estadual de Saúde e o próprio governador disseram hoje que os leitos existentes são insuficientes, inclusive na cidade de São Paulo. Quer saber se há possibilidade de criar hospitais de campanha.

Outra pergunta é que no Plano São Paulo, o governador, com relação às escolas, faz recomendação que trabalhe na perspectiva de fechar escolas. Quer saber se o município vai fechar ou não as escolas.

Há dados de que as crianças estão sendo contaminadas pela nova variante. Grande prevalência de pessoas jovens entre 30 e 50 anos. Avanço que está tendo a doença – 124 mortes em São Paulo.

Pergunta se é possível e em quanto tempo ter vacinas compradas pelo próprio município para suprir a incompetência do governo federal.

**Jociléia Néia da Costa, Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários**

**Gerais:** Tem 3 perguntas. Atualmente estão sendo vacinados 77 anos ou mais. O governo do Estado anuncia que a partir de 22/03 serão 74 a 76. Há desencontros de informações na mídia.

Quer saber quantas doses de vacinas a SMS almeja comprar? Qual valor? Por que estão sendo vacinados 55 ou mais da área de saúde, mesmo os não atuantes? Se ainda não vacinou os 60 ou mais? Qual fundamento para essa ação?

**Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários**

**Gerais:** Parabeniza Jorge Kayano, acha a iniciativa muito boa. Tá na hora de olhar para os territórios. Qual a previsão da SMS para vacinar doentes crônicos pulmonares? Quer saber se há previsão. Sugere utilização do Hospital Integrado Santo Amaro, que daria para abrir leitos de COVID. É bem equipado.

**Convidado Dr. Ivan Cáceres, Assessor Parlamentar e de Gestão Participativa da SMS: Responde:**

**À Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais**

**Gerais:** responde que a questão de fechamento das escolas é da Secretaria de Educação em primeiro momento. A Secretaria Municipal da Saúde faz recomendação sobre segurança, comportamento, distanciamento, etc. A Saúde Pública faz recomendação de cunho epidemiológico. Como disse Erivalder, é uma recomendação, e não uma determinação. Tem que se debater de maneira responsável. É uma recomendação que tem sido questionada nas redes sociais, questão polêmica. Precisam detectar olhando todas as variáveis.

Quanto à expansão de leitos citada por **Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência** - está sendo feita. Hospitais permanentes integrados à rede, que ficarão no legado pós COVID. São hospitais permanentes, que estarão integrados à rede passado período de pandemia. Quanto ao drive-thru: O objetivo é facilitar o acesso da população. Quanto mais locais de vacinação disponíveis, mais ágil o processo de vacinação. Será feito remanejamento, que vem sendo ampliado, já que São Paulo é uma cidade extensa. Com o remanejamento de servidores feito de maneira organizada, não haverá prejuízo ao atendimento. Quanto mais locais de vacinação, mais ágil o processo.

Ao **José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** - Existe consórcio – Frente Nacional de Prefeitos. Consórcio de Prefeitos – São Paulo é signatário. Foi aprovado em 2 votações na Câmara Municipal. São 1.703 municípios que até o momento que manifestaram interesse em ingressar no consórcio. É clara a intenção de ingresso nesse processo.

À **Jociléia Néia da Costa, Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** O processo de vacinação é seguido devido ao quantitativo. Pessoas com mais de 75 anos, começam a ser vacinadas no dia 15, estão no grupo prioritário. Tem-se atuado neste cronograma em função do quantitativo disponível.

Quantas doses São Paulo pretende pleitear – 5 milhões de vacinas é a ideia inicial. Obviamente, número pode aumentar.

Quanto aos profissionais de saúde, têm exposição constante. Estão na linha de frente, nas UBS e UPA. São grupos prioritários, sem eles não avançamos uma linha sequer. Nada mais justo do que priorizar este grupo.

Ao **Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Sobre as doenças crônicas – precisam saber estabelecer critérios. É preciso cuidado. Quando se dá a 1ª dose já deve ter prevista a 2ª. Quanto à ampliação de leitos – São Paulo tem sido rápida. A taxa de leitos disponíveis hoje vai acabar se tornando insuficiente, frente à velocidade de transmissibilidade e infecção. A ciência e a sociedade estão diante de pandemia desconhecida. É uma experiência de campo, resultado do não seguimento das regras de distanciamento em vários estratos da sociedade. Não foi por falta de advertência do Ministério da Saúde e Secretarias de Saúde. Festa de final de ano, aglomeração no carnaval, eventos clandestinos em geral acontecem. Difícil acompanhar o processo. Os profissionais de saúde estão se doando 24h por dia para conter a expansão do vírus, como todos sabem. O aumento do número de óbitos repercute o que ocorreu nos eventos do final de ano e ainda continua, em São Paulo e no interior. A taxa de ocupação de UTI é alta. Mas a taxa de infecção do vírus é mil vezes superior à capacidade de se produzir leito. Os profissionais da linha de frente, incluindo gestores, estão comprometidos a conter essa taxa.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Continua com as inscrições.

**Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:** Agradece ao Ivan pelas informações trazidas sobre o consórcio, emendas parlamentares. A quantidade de dinheiro aplicada é vultosa. Há pessoas que não são do grupo de risco e, às vezes, são vacinadas. A vacina deveria ser aplicada conforme a agenda, bem efetivada e centrada.

Fala de questões de doenças raras, crônicas. Pessoas que não estão inscritas no EMAD. As pessoas acamadas não são contempladas pelo serviço da EMAD. Dentro de suas doenças, as pessoas estão indo à UBS e acabam por tomar a vacina no final do dia. Muito do dia a dia passa por este processo. Gostaria que fosse trazida à tona a questão dos pacientes acamados - Como está sendo realizada a vacinação deste grupo? Fala da compra de vacinas pela área privada. 50% das vacinas seriam destinadas ao SUS. Como a SMS acompanha a entrada dessas vacinas no SUS? Sobre essa frente nacional de prefeitos – qual a qualidade de vacinas destinada ao nosso município?

Faz pergunta solicitada pela conselheira Patrícia – vacinação em pessoas com HIV-Aids. Quando o município incluirá este grupo no Plano de Vacinação? Enfatiza que todos estão ansiosos pela vacinação e preocupados com a situação epidemiológica atual. Quer saber se irá demorar para ocorrer vacinação em massa.



**Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** Pergunta se o fechamento dos hospitais de campanha não foi uma decisão precoce. Na leste não teve nenhum. Hospitais estão superlotados. Dá exemplo do Hospital Cidade Tiradentes, em que pacientes estão sem leitos. Os trabalhadores estão exaustos. A própria gestão cometeu falhas ao longo do caminho. Considera que a população não é a maior culpada do aumento vertiginoso do número de casos.

**Zandra Fátima Baptista, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Tem 2 questões. Os hospitais estão colapsados. As UBS, lotadas. A população está desassistida e os funcionários, estafados. Por que não abrir novamente hospital de campanha? Não se pode culpar somente a população. Há aglomeração, mas os ônibus, trens e metrô estão lotados. Propõe lockdown de 20 dias e auxílio emergencial a trabalhadores, que são a maioria. Os trabalhadores precisam trabalhar. Que se contrate mais funcionários na saúde.

**Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** lê mensagens do chat.

**Débora Aligieri, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro:** Concorde com Débora. Não adianta culpabilizar o povo. Como previsto, o número de casos aumentou com a volta às aulas, como a gestão não acreditou.

**Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais:** Considera que o povo tem culpa. No entanto, a realização de lockdown sério e vacinação é responsabilidade da gestão. Reitera que diagnóstico errado também ajuda a disseminar a doença. Cita a si mesma como exemplo. Pegou COVID e não teve diagnóstico confirmado por exame. Trabalha em creche, são 4 salas com professores afastados.

**Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência:** O Ivan Cáceres não respondeu por que a SMS não contratou profissionais específicos para o drive-thru, em vez de reorganizar profissionais da rede nesta função.

**Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Quer saber a possibilidade de abrir leitos de UTI em hospital em Santo Amaro.

**Fátima:** Há equipamentos de urgência e UPA sem funcionários, que contraíram COVID.

**Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** Lê mensagens do Facebook.

**Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias:** Lembra que doenças pulmonares, como a TB, não são contempladas pelo PNI. Pergunta se há previsão de inclusão dos profissionais da educação, transporte e segurança no PNI.

**Convidada Mirta:** Acrescenta: E os feirantes? Reforça a questão proposta por Gilberto.

**Anderson Pereira Lopes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul:** Pergunta sobre os contratos de OSS com relação à COVID-19, especialmente na zona sul da cidade. A situação na zona Sul é caótica. A situação na UPA de Campo Limpo é caótica. Há cerca de 30 pessoas esperando leitos entre enfermagem e UTI. Fala do Hospital do M' Boi Mirim, que ficou com porta fechada. Outras patologias não estão sendo atendidas, o que colabora com a lotação do Hospital do Campo Limpo. Pergunta sobre o fechamento da tenda – gerida pela OSS Einstein - que foi realizada sem consulta ao conselho gestor. Quer saber o que acontece com a OSS Einstein, que dá trabalho e prejuízo à zona Sul.

**Silas Lauriano Neto, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais:** Demonstra indignação diante da fala do representante da gestão que apresenta a população como culpada por fazer aglomeração. O erro foi lá atrás, quando não realizaram testes, rastreamento, isolamento. O governo não dá exemplo. Pode ter a dedicação que for de trabalhadores do SUS e gestão, a questão não vai ser resolvida dessa maneira. Não dá para ouvir isso, que tudo foi feito. Em sua opinião, não foi feito nada. Os trabalhadores da saúde sabem o que ocorre. Fica revoltado e indignado. Foram 94 mil mortes no município de São Paulo. Isso fala por si só. Tem-se aberto covas. Não é isso o que vai resolver a pandemia. Isso deveria ter sido resolvido lá atrás. Está indignado. É muita incoerência. Pede respeito para com os conselheiros, que são profissionais de saúde. Tem gente morrendo na periferia.

**Convidado Dr. Ivan Cáceres, Assessor Parlamentar e de Gestão Participativa da SMS: Responde:**

**Ao José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde** Tem sido feita contratação de mão de obra, inclusive no processo de vacinação e em segmentos de RH. Vem sendo agregada mão de obra inclusiva no processo de vacinação.

**Ao Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Está sendo ampliado o número de leitos. Caso específico de Santo Amaro precisam avaliar, mas vem sendo ampliado sim. Sugere que acompanhem os boletins.

**À Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:** O PNI é regulado pelo MS. Há o PNI, Estado e Município seguem esse regramento, que é de competência federal. De acordo com a disponibilização de vacinas. Doenças raras, doenças crônicas seguem o Plano sob orientação do Estado. Os grupos são priorizados pelo MS - reitera.

Quanto à disponibilidade de vacinas - O Projeto de São Paulo é aquisição de 5 milhões de doses de vacina para o município de São Paulo. Isso pode ser ampliado. Há fontes de custeio para isso. Além dos recursos do tesouro, fonte 00, há as emendas municipais, estaduais e federais. Possibilidade de R\$ 55 milhões vindo do Legislativo Municipal.

**Ao Anderson Pereira Lopes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul:** Responde que vão verificar o que está ocorrendo em Campo Limpo. Obviamente neste momento precisam priorizar a Pandemia, num momento muito difícil. O atendimento à COVID, urgência e emergência são prioritários. Este fluxo de trabalho direcionado ao enfrentamento à condição atual é essencial.

**À Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** - explica - O papel dos hospitais de campanha já foi elucidado anteriormente. O Governo do Estado vem incluindo hospitais de campanha em alguns municípios e pontos da cidade de São Paulo. Entretanto, a Rede Municipal da Saúde e a gestão do Município de São Paulo vêm realizando seu trabalho. A velocidade de replicação do vírus é maior do que a agilidade de se montar um leito de UTI. O leito de UTI não se monta da noite para o dia. Há série de equipamentos específicos a serem adquiridos, é necessário mão de obra especializada, custeio de UTI.

A expansão deve ser responsável, rápida e com custeio. Isso tem sido feito.

A culpa não é só da população, isto é claro. É apenas um dos indicadores da expansão do vírus. No entanto, é claro que o comportamento da população tem papel importante na transmissão do vírus. No entanto, foge da politização banal em que se transformou a COVID no Brasil. Não se trata de culpabilizar um ou outro setor.

**À Zandra Fátima Baptista, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** responde:

Neste momento, o Governo do Estado vem fazendo Hospital de Campanha. O município vem expandindo sua rede de atuação, como pode ser acompanhado nos boletins diários.

À **Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias** diz que o Prefeito de São Paulo já enviou ofício para que os profissionais de Educação sejam incluídos nos grupos prioritários oficialmente. Como disse, o PNI é parâmetro. É necessária aprovação do MS para inclusão de grupos ao esquema vacinal.

Não vai responder ao **Silas Lauriano Neto, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais**, considera uma ofensa aos profissionais de saúde. Basta fazer um retrospecto, atentar às notícias da imprensa. A reprodução do vírus é muito mais rápida que a capacidade de resposta, não só em nosso município. Sugere que Silas acompanhe os boletins diários da SMS e discorde com argumentos e dados.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Novas questões. Organiza o tempo remanescente da reunião, respeitando o tempo de Ivan Cáceres e dos participantes que têm dúvidas e desejam colocá-las. Sugere que ao fim do bloco de seis participantes, leia-se o chat e se encerrem as inscrições. Consulta o Pleno - **Aprovado**.

**Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais:** Pede ao Ivan disponibilizar ao CMS a recomendação da SMS à Secretaria de Educação com relação às escolas.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Fala da resolução aprovada em 11 de novembro, sobre recomendação da volta às aulas, tratando também da situação dos trabalhadores, e até hoje o Secretário não homologou. Solicita ao Ivan que é assessoria importante do Secretário. Já faz três meses que a Resolução foi aprovada, com base na Lei Orgânica do Município. Até agora não houve homologação. O CMS necessita que a recomendação seja homologada ou vetada. Considera muito ruim que não se tenha definição sobre esta resolução ainda. Aguarda resposta.

**Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Viu a reportagem que se tivesse aumento de 15% em São Paulo, faltaria oxigênio no Brasil. Pergunta ao Ivan se a Saúde vem se preparando para esta possibilidade.

**Jociléia Néia da Costa, Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Fala da vacinação de profissionais de saúde não atuantes. Pergunta por que, visto que todo o grupo com mais de 60 anos ainda não foi contemplado. Partindo do princípio que cada vereador liberará emenda parlamentar de 1 milhão de reais, por que comprar apenas 5 milhões de doses?

**Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Pergunta se a SMS tem intenção de reabrir hospitais de campanha. Também pergunta qual a posição da SMS em relação à abertura das escolas.

**Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro:** Sua questão é controversa sobre os diabéticos, que se sentiram excluídos para receber doses remanescentes. Perderam este direito. Quer saber se o direito de vacinação, com doses remanescentes, será retomado. Há dúvidas na facebook – Referentes ao Carnaval 2021 aprovado; ônibus, trens, metrô lotados; lockdown sério e não nos feriados; o que aconteceu com as eleições dos conselhos, já que o mandato venceu no

ano passado; perguntas referentes à observação dos ambientes escolares; proteção de trabalhadores nos transportes públicos lotados; escassez de oxigênio e fiscalização das feiras de rua.

**Convidado Dr. Ivan Cáceres, Assessor Parlamentar e de Gestão Participativa da SMS:**

À **Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais** responde: Considera a dúvida pertinente, irá localizar e disponibilizar os documentos.

Ao **Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva**, afirma que está cobrando consistentemente para que as deliberações referentes a questões do Conselho sejam resolvidas. Pede que verifique com Fábio. O CMS não ficará sem resposta.

Ao **Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários**, diz que hipóteses são hipóteses. Agora, trabalha com fatos concretos.

À **Jociléia Néia da Costa, Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários**:, afirma que idosos com mais de 77 anos estão sendo vacinados no momento, em função do cronograma estabelecido. Reitera que os profissionais de saúde que estão sendo vacinados são aqueles que atuam, de qualquer maneira, em suas funções. Sobre as 5 milhões de doses - o mundo inteiro tem disputado vacinas. Acredita que houve tropeços, mas a vacinação está sendo realizada. A cidade de São Paulo, diante de suas possibilidades e esfera de governabilidade, tem atuado para oferecer assistência. A questão da vacina e do Projeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal e aprovado em primeira instância para integração do consórcio estão favoráveis. O Prefeito e o Secretário Municipal da Saúde estão focados em oferecer assistência de acordo com aquilo que é disponibilizado. São 5 milhões de doses com a responsabilidade dos recursos garantidos. Se a necessidade suplantar o número de doses disponíveis, providências serão tomadas e a vacinação será ampliada.

À **Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro**, afirma que existe instrutivo disponível no site da SMS com orientação sobre as doses remanescentes. Orienta que familiares de pessoas com doenças crônicas orientem os seus, para que tenham acesso às vacinas remanescentes. Sobre a eleição dos Conselhos Gestores, está sendo prorrogado visto ao atual estado de emergência. Mediante Portaria, os mandatos estão sendo estendidos. A operacionalidade do transporte público não cabe à SMS. O dever da SMS é prestar orientações de saúde pública, epidemiologia, linhas de cuidado, prevenção e atenção à saúde nesses meios. Não cabe à SMS avaliar outras variáveis que vão além de sua alçada.

Ao **Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência**, que introduziu o tema da apresentação do Instituto Pólis - O tema chegará ao gabinete, que se manifestará em tempo hábil.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Há sentimento da militância que haja ação intersecretorial, intersecretarial, por exemplo, propostas para a Secretaria de Transportes. Dentre elas, pode estar a questão de escalonamento e rotatividade de horários.

Ações governamentais que podem ser debatidas. Compreende qual o papel da SMS, mas pede que se pense em proposta para melhor acolhimento dos usuários de transporte público. Pede que tal tema seja levado ao Secretário e chegue ao Governo.

Solicita ao CMS sobre a recomendação que tem a ver com esse assunto, para encerrar a questão de COVID. Consulta o Pleno. Aprovado.

Reitera a importância da participação de representante do governo que participe ativamente da reunião. Por isso, agradece a presença do Dr. Ivan Cáceres.

Por questões de limite de tempo, pergunta se todos estão de acordo que Erivalder faça a leitura da recomendação, que foi disponibilizada a todos os conselheiros via e-mail e WhatsApp.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Faz leitura da recomendação.

## **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO PAULO - CMSSP**

### **RECOMENDAÇÃO Nº - CMS-SP, de 11/03/2021**

*O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 268ª (ducentésimo, sexagésima, oitava) Reunião Plenária, realizada em 11 de março de 2021, no cumprimento da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Art 1º, parágrafo 2º e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 12.546 de 07 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 53.990 de 13 de junho de 2013;*

*No cumprimento à Constituição da República Federativa do Brasil, do Título VIII, Capítulo II, Seção II – Da Saúde, a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990 e o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;*

#### **Considerando:**

- 1) *Que, de acordo com a Lei 6259/75, Título II, Artigo 3º, cabe ao Ministério da Saúde a elaboração do Programa Nacional de Imunizações;*
- 2) *Que o Ministério da Saúde estabeleceu os grupos de riscos que devem ser priorizados com imunizantes da Covid-19: trabalhadores da área da saúde, pessoas de 60 anos ou mais institucionalizadas, população idosa, indígenas aldeados, população em situação de rua, morbidades (diabetes mellitus, hipertensão arterial grave, doença pulmonar obstrutiva crônica, doença renal, doenças cardiovasculares e cerebrovasculares, indivíduos transplantados de órgão sólido, anemia falciforme, câncer, obesidade grau III), trabalhadores da educação, pessoas com deficiência permanente severa, membros das forças de segurança e salvamento, funcionários do sistema de privação de liberdade, trabalhadores do transporte coletivo, transportadores rodoviários de carga, população privada de liberdade;*
- 3) *Que deve abranger também pessoas portadores de Doenças Raras, HIV/AIDS e aquelas acamadas por qualquer fator de comorbidades e outros diagnósticos de doenças neurodegenerativas graves;*
- 4) *Que a dificuldade da Secretaria Municipal de Saúde de realizar imunização em massa pela escassez de vacinas no plano nacional, em razão da ausência de um planejamento adequado do Ministério da Saúde para aquisição de vacinas que propiciasse afetivamente a imunização em massa;*
- 5) *Que o Instituto Polis publicou um trabalho demonstrando que o impacto da pandemia da Covid - 19 é mais profunda nas regiões periféricas em função da desigualdade social. Um dos dados levantados foi que “as concentrações de habitantes e as concentrações de óbitos por Covid-19 de pacientes de uma mesma faixa etária (...), nas regiões mais centrais, por exemplo, que somam 4,33% de habitantes com 75 anos ou mais (em relação ao total do município) registraram 2,81% dos óbitos entre idosos com essa mesma idade (em relação ao total de óbitos). Por outro lado, em Sapopemba, há áreas onde residem 0,97% dessa população mais idosa do MSP e onde estão 1,46% das mortes de pessoas da faixa etária mais avançada;*

6) *Que o Instituto Polis concluiu que “a priorização da vacinação desses grupos (em geral, de baixa escolaridade com maior predominância de pessoas negras) é uma forma de conter a mortalidade onde as pessoas mais têm sofrido com a pandemia, mas também uma estratégia de inclusão e enfrentamento das desigualdades por meio da promoção da saúde”.*

**Recomendação:**

*O Conselho Municipal de Saúde toma ciência do Estudo realizado pelo Instituto Polis e recomenda que a Secretaria Municipal observe os dados levantados por esta instituição para que a vacinação contra a COVID-19, iniciada em 19/01/2021, continue seguindo as diretrizes estabelecidas pela PNI, priorizando os territórios com maior vulnerabilidade.*

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Pergunta se algum conselheiro ou conselheira possui quaisquer objeções ao texto.

**Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:** Pede para incluir os doentes raros na lista.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Responde que isso depende da Lei nº 6.259, referente à proposta do MS. Pede que Vita faça solicitação formal, por escrito, para inclusão dos portadores de doenças raras.

**Fabio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público – SMS:** Observaram – ele e Miriam - que parece incompleto o documento.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Esclarece que as considerações vão até o item 5. O item 6 é referente à conclusão. Redigiu de forma que não levantasse nenhum erro.

**Fabio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público – SMS:** Para essas questões, documentos que passam pelo CMS, sempre aconselha passar na Executiva, para haver contribuições. As Comissões devem ser consideradas. É para isso que elas existem. Solicita votação nominal.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Sugere que Erivalder abra para contribuições, que não desfigurem a recomendação. Pede que Erivalder, posteriormente, dialogue com as pessoas.

**Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP – faz a chamada.**

Auxiliadora – a favor, Adriana – a favor, Nila – a favor, Dimas – a favor, Rubens – a favor, Cirlene – a favor, Jaqueline – a favor, Joyce Néia – a favor, Zandra – a favor, Marta – a favor, Mário – a favor, Vita – a favor, Patrícia - , Pâmella – , Gilberto – a favor, José Henrique – a favor, Erivalder – a favor, Deodato – a favor, Leandro – a favor – Silas – a favor, Júlia – , Claudio S – a favor, Reinaldo – a favor, Vera – abstenção, - Fábio – abstenção, Rita – abstenção, Marilda – abstenção, Marcelo – abstenção.

Resultado – 19 favoráveis, 5 abstenções.

**Aprovada a Recomendação acima, já com o texto final atualizado, conforme sugestões apresentadas.**

**Convidado Dr. Jorge Kayano, do Instituto Pólis:** Por questões de justiça, esclarece ao CMS que o boletim de natal de dezembro da UMPS apresentou a proposta original. Foi defendida a ideia de priorização de regiões mais vulneráveis da cidade. O trabalho do Pólis é fundamentação técnica da proposta originada no Segmento de Saúde.

Parabeniza a aprovação da proposta. Sugere, a título de complementação da aprovação da recomendação, encaminhamento – que o CMS enviasse ao Secretário para avaliação e solicitasse parecer da área técnica da SMS – Vigilância em Saúde. Reitera que o estudo não está baseado em suposições, como alguns que se abstiveram da votação sugeriram, alegando “falta de conhecimento científico”.

Outro encaminhamento é enviar junto com a proposta do Instituto Pólis para todos os conselhos gestores da cidade para conhecimento e debate público. O debate público sobre a proposta é essencial. Há de existir processo de legitimação da proposta, que visa a equidade do SUS e diminuição das desigualdades. Encaminhar à Câmara Municipal pedindo um debate público junto à Câmara com presença de conselheiros e membros do Instituto Pólis.

Finalmente, encaminhar ao Governo do Estado, SES, mídia em geral para conhecimento e pronunciamento sobre a questão da vacinação com critério territorial. Acredita que a decisão do CMS de abraçar a proposta não é mérito do POLIS, mas do CMS.

Lembra que o governo do Estado vai vacinar toda a população da cidade de Serrana, de 44 mil habitantes, para verificar o impacto no entorno. É a vacina que o próprio Instituto reservou para pesquisa. É o que estão pleiteando na recomendação. Proposta inclui fazer cobertura ampla a partir de regiões de maior vulnerabilidade, como na Zona Leste - Por exemplo, começar com Cidade Tiradentes até Sapopemba.

Na Sul – Marsillac. Na Norte – Brasilândia.

Nomeadas as regiões, fica mais fácil a lógica. Lembra que o tipo de iniciativa depende da existência de vacinas. A lógica da defesa da equidade do SUS revela aquilo que todos querem: a relevância de estrutura colegiada da participação de usuários, gestores e trabalhadores em torno da busca da equidade como um dos princípios basilares do SUS. Parabeniza o CMS e o Movimento Popular de Saúde.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Temos que aprovar os encaminhamentos propostos pelo Jorge Kayano. Questiona em que momento isso poderia ser introduzido.

**Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência:** Concorda com Erivalder. Mas crê que a proposta de Kayano é um encaminhamento efetivo. Destaca dois pontos da fala de Kayano: A importância de que o departamento técnico da SMS se pronuncie a esse respeito, e o encaminhamento a outros órgãos propostos, como aos Conselhos Gestores e de Supervisão. Propõe que entrem em votação para efetivar os encaminhamentos.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** As questões colocadas agora têm relação com o debate. Se não houver objeção, pode haver encaminhamento.

**Fabio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público – SMS:** Deixa claro que foi aprovada recomendação e não resolução.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Deixa claro que a recomendação é do CMS e independe de veto ou homologação. Trata-se de posição do CMS após debate. Nada impede que seja feito encaminhamento no final com essa proposição, após avaliação dos conselheiros. É proposta interessante, que deve passar também pelo aval da Área Técnica e ter seu debate avaliado também na Câmara. Pede que conselheiros e convidados contrários se manifestem.

**Fabio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público – SMS:** É importante que a redação final seja validada pelos conselheiros.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Possui as proposições de Kayano em resumo e deseja apresentar. São quatro itens.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** A fim de facilitar a apresentação, pede que Erivalder disponibilize o texto ao Julio para projeção em reunião, para que se aprove o encaminhamento caso ninguém se oponha.

**Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:** Enviou ao Erivalder via WhatsApp adendo sobre doenças raras, pacientes acamados e portadores de HIV.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Passa a palavra à Miriam.

**Convidada Miriam Carvalho de Moraes Lavado, da AGP da SMS:** Reitera o compromisso de reforçar as informações. É compromisso da SMS atualizar o site com informações sobre coronavírus. Nele, há o VacinaSampa com informações sobre vacinação, e, do outro lado, boletins diários com especificidade em relação aos assuntos publicados no dia. Estamos enfrentando uma situação muito complicada que exige postura para enfrentar. Além do site, disponibilizam os informativos da SMS no grupo de WhatsApp do CMS. Saúda o Dr. Jorge, do Instituto Pólis e Dr. Deivison e reconhece suas objeções.

Todas as equipes têm trabalhado diuturnamente de modo extremo para que se consiga controlar a pandemia. Coloca-se à disposição.

Com relação à eleição dos Conselhos Gestores - há uma ordem interna proibindo as eleições porque não foi possível que se realizasse o processo à distância. Viram a plataforma Participe Mais. Há a possibilidade de utilizá-las para eleição dos conselhos gestores. Reconhece que muitos conselhos gestores enfrentam dificuldades. Quando for delimitada a melhor maneira de contemplar e solucionar tal situação, entrará em contato.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Solicita que o texto pronto da recomendação proposta por Erivalder seja colocado e lido.

**Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público:** Sugere que os documentos sejam enviados para discussão nas comissões. Acredita que todos podem contribuir. Não entende a dificuldade de que se tragam as informações com antecedência, para melhor avaliação. Sua filha é profissional de saúde e não foi vacinada. Diz sobre a importância de que todas as comissões conversem entre si, em prol do coletivo. A dificuldade precisa ser dita. Estão ali para somar.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Agradece a proposição de Marilda. Registra, e declara o empenho para que se priorize o encaminhamento prévio de documentos e propostas.

**Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP:** Inicia apresentação das propostas enviadas por Erivalder

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Inicia com as propostas trabalhadas com Jorge Kayano:



1. *Enviar a recomendação aprovada no Pleno de 11/03/2021 para todas as supervisões técnicas e conselhos gestores do município;*
2. *Enviar o documento da Pólis à área técnica da Secretaria Municipal de Saúde para realização de parecer sobre esta questão específica;*
3. *Encaminhar a recomendação para a Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Saúde de São Paulo; articular junto à Comissão uma audiência pública para discutir a questão específica;*
4. *Encaminhar a recomendação para a mídia.*

Proposta de Acréscimo ao Texto:

“Para além da lista do MS, acrescentamos as pessoas vivendo com doenças raras, com HIV/AIDS e aquelas acamadas por qualquer fator de comorbidade em outros diagnósticos de doenças neurodegenerativas”

**Fabio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público – SMS:** Propõe destaque ao item 4. Corrige: Não é resolução e sim recomendação. Pergunta qual o documento referente ao Instituto Pólis. Questiona se a Secretaria avaliará apenas o documento do Instituto Pólis.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Destaque aos itens 3 e 2. Responde ao Fabio que se trata do documento enviado via e-mail, tratando da questão de territorialidade. Responde que o documento será avaliado.

**Convidado Dr. Jorge Kayano, do Instituto Pólis:** Falta incluir o governo do estado de São Paulo. O CMS encaminha a sua recomendação anexando o documento. Quem faz o pedido para consideração dos critérios territoriais é o próprio CMS, levando em conta o estudo do Instituto Pólis para definição de prioridades. É ideia de ampliação de influência do CMS junto ao próprio estado de São Paulo, também, já que a proposta do Instituto Pólis extrapola os limites do município. Sendo assim, o princípio de equidade poderia ser aplicado ao SUS de forma importante e aplicada à realidade concreta da pandemia.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Será encaminhado aos Comitês COVID do município e do estado.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Sugere que seja enviada cópia ao Conselho Estadual e Nacional, como contribuição do CMS. Assim, é possível ampliar a discussão com contribuição do CMS. Passa aos encaminhamentos. Consulta o Pleno. Aprovado. A proposição será incorporada ao CMS.

Passa ao segundo item da ordem do dia: A 21ª Conferência Municipal de Saúde da cidade de São Paulo; Sugere que o ponto seja bem focado e objetivo.

Ao aprová-la, foi aprovada Comissão Organizadora e subcomissões de apoio para poder trocar o trabalho em relação à realização da Conferência. Foi apresentado cronograma pela AGPP, que foi aprovado após algumas proposições. A primeira data definida foi 19 de março. Em seguida, na próxima reunião, não foi possível contar com a participação da gestão, o que atrapalhava o aprofundamento de algumas discussões. Há muitas questões a serem decididas: - data, plataforma, eixos a serem debatidos, formulários propostos pela Comissão de Credenciamento. Questões que precisam ser definidas. Ao fazer o segundo debate, surgiu discussão sobre documentos vindos do território. Houve debate tenso entre as representações do CMS e da STS, que levantaram questões relativas à pandemia, às dificuldades do processo de vacinação, dificuldades de participação por parte dos trabalhadores, etc. Além disso, havia inseguranças em relação ao funcionamento da plataforma, o que preocupou a todos.

Ficou resolvido que todos os segmentos, assim como territórios, fizessem avaliações internas e enviassem contribuições até 10/03 – ontem.

Hoje pela manhã houve uma reunião muito produtiva e esclarecedora.

Questão importante ouvir a ponta antes de prosseguir na organização da conferência perante a pandemia. As comissões de credenciamento, relatoria, infraestrutura, comunicação sempre trabalham muito bem no modo presencial. São comissões maravilhosas, os conselheiros são empenhados.

Mas à distância, há muitos problemas que estão debatendo nas reuniões da Organizadora e subcomissão. É um desafio enorme. Como chegar às pessoas que não conseguem fazer reuniões com conselhos gestores, por terem dificuldades com a internet muitas vezes. Diversas reuniões da Organizadora e subcomissões trouxeram contribuições importantes.

Receberam relatórios excelentes, em especial da Comissão de Relatoria. Todas as condições de precariedade foram enumeradas e entregues ao Fábio, da AGPP. São Comissões valorosas. Porém, a insegurança continua nos territórios. Há problemas do lado da gestão e do nosso também.

Chegaram à conclusão que só conseguirão realizar a conferência depois de sanar todas as dificuldades e problemas. Por isso, acolheram a proposta de adiamento - e não cancelamento - da Conferência. Será realizada em momento adequado. Propõe que se realize no segundo semestre.

Para se fazer isso, ouviram relatos e avaliaram documentos de todas as localidades.

Cita documento da UMPS, Social Comunitário, Trabalhadores. Diversos segmentos chegaram à mesma conclusão.

Resolveram: - Tirar grupo reduzido que pode ser a própria Executiva para se reunir com Secretário, AGP – termo de compromisso.

Manter a comissão organizadora, que tem trabalhado muito bem. A AGPP concordou com a ideia.

Há preocupação para não perder os prazos estabelecidos pelo planejamento ascendente do PPA, PMS. Foi proposta data para diálogo com a Câmara, entrega de documentos ao MP, ao Tribunal de Contas, à Câmara, ao CNS, ao CES, trabalhando com a ideia de adiamento da reunião. Há preocupação em não se perder os prazos estabelecidos pelo Planejamento Ascendente do SUS. Até agosto, todas as contribuições deveriam ser entregues - O Plano Plurianual à LDO e do Plano Municipal de Saúde. Os documentos têm prazo. Mas seria leviano estender para uma terceira data de cronograma e não cumpri-la.

Houve debate interno porque levantaram as questões das dificuldades devido à pandemia, vacinação, dificuldade de participação. Propõem manter a organizadora funcionando e agindo, com capacitação até a ponta, em relação à plataforma, fazer contato com as regiões - levando em conta inclusive levantamento das questões das regiões, em relação à plataforma, acessibilidade, etc. São fatores a serem discutidos, Constrói-se, assim, possibilidade real de realização da conferência no segundo semestre com capacitação e inclusão.

Ficou resolvido que todos os segmentos fizessem avaliações internas e enviaram contribuições até 10/03 – ontem.

Propõem manter a organizadora funcionando e agindo, com capacitação até a ponta, contato com as regiões.

Agradece a participação de todos. É necessário definir data para entregar o documento.

**Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência:** Pergunta se alguma data está descartada.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Responde que nenhuma data está descartada. Se em maio, por exemplo, houver condições favoráveis para seguir com o processo, de acordo com a Comissão de Credenciamento, será possível recolocar data para a reunião, desde que seja fidedigna. Para isso, é necessário haver apoio da Gestão. Em momento oportuno, a data será apresentada, com tudo organizado, para que a reunião seja feita.

**Convidada Carolina da STS Freguesia do Ó:** Na Reunião Ordinária do Conselho da Freguesia do Ó, ficou claro que se tratava de situação delicada. Porém, ainda assim, 100% dos presentes votaram para que a Conferência fosse mantida. Traz o que foi dito na reunião, embora concorde com a alteração da data.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** O segmento dos trabalhadores, que tem articulação para discutir questões prévias dos sindicatos, conversou prolongadamente sobre dificuldade de acesso à plataforma, à internet em regiões periféricas, enfim, uma série de elementos que perderam influenciar esse processo, além do fato da pandemia estar em momento muito grave. Que vá para o 2º semestre sem prejuízo de contribuir para o PPA. A proposta é a de que se utilizem essas diretrizes aprovadas na última Conferência depois de um pleno ampliado para discutir questões da COVID. Está de acordo com a proposta da Comissão Organizadora.

**Jociléia Néia da Costa, Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Não está cancelada, mas adiada a realização da Conferência. As comissões precisam continuar trabalhando. Há muito a ser feito. Se deixar para agosto a retomada do trabalho das comissões, haverá dificuldades. Cita fala de Erivalder, de postergar a data sem prejuízo do PPA. Antes disso, a população precisa estar vacinada. Se a PMSP não vacinar a população, não há condição de ocorrer a Conferência este ano e ponto.

**Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais:** Não é uma decisão fácil, mas num momento de pandemia, temos que valorizar a vida. Defende que não podemos abdicar de realizar a Conferência. Independente do cenário, as comissões devem seguir trabalhando para que a Conferência ocorra on-line, É essencial que a Conferência ocorra, mesmo à distância, mas de qualidade e com participação.

É da Comissão de Infraestrutura. A gestão precisa apresentar o planejamento dela, para encontrar soluções para as dificuldades. Se houver discordância, será necessário superá-las. É importante ter acesso a qual é o planejamento daqueles que defendem a governabilidade para o efetivo funcionamento da Conferência. É ponto central. Que a SMS e a Gestão abram o planejamento para que se possa discutir datas e prazos. O Planejamento não deve ser atrelado a uma data. É possível fazer as discussões e estabelecer funcionamentos mesmo sem data fixa.

**Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:** Elogia a participação de Leandro. Na parte da manhã, as comissões trouxeram suas questões e ponderaram a realização virtual da Conferência, assim como o seu possível adiamento. A Comissão de Patologias e Doenças Raras também avaliou tais questões. Entendem que as necessidades estão distantes da realidade de hoje.

Preocupa-se com a garantia de que faremos a Conferência no momento adequado, mas que seja contemplada nos instrumentos de legalidade e gestão PPA, CDO, PMS.

É favorável que as comissões continuem se reunindo.

**Marcionília Nunes de Souza, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro:** Passa a palavra ao ex-conselheiro Tarcísio.

**Convidado Tarcísio:** Ficaram muito preocupados na reunião de terça-feira com a declaração de uma gestora – que afirmou que a orientação do governo é tentar sair como usuário delegado. Cinco pessoas estavam presentes. Que o Pleno se preocupe porque as cinco pessoas ouviram a mesma coisa.

Estão solicitando à STS Sé – espaço para a Conferência em cada unidade de saúde com acesso a um computador e com a presença de um orientador e propostas impressas para consulta. Isso facilita a adesão, e propicia ao usuário a chance de aprender a lidar com diferentes tecnologias.

Propõe à Comissão Organizadora montar sala de inclusão digital em cada Unidade de Saúde.

**Jaqueline Teixeira dos Santos, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** O Movimento Social também fez reunião. É da UNAS. Concorda com Leandro. Vão ter muitos problemas, inclusive de infraestrutura. Cita a si mesma como exemplo, revelando sua dificuldade para aderir à tecnologia utilizada para reproduzir a reunião do CMS. Ainda não é o momento de fazer a Conferência. Muitos têm acesso precário à internet, não têm dados móveis. Que todos consigam participar com qualidade, pois a conferência é muito importante. Seu segmento é favorável ao adiamento da conferência.

**Zandra Fátima Baptista, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Cede palavra ao ex-conselheiro Freitas.

**Convidado Francisco Freitas:** Não vai ser repetitivo, pois a conselheira Jaqueline já expressou muito bem a questão da conferência. Pontua a situação grave em que estamos vivendo. Com relação à solicitação em que estamos vivendo, hoje existem 3 prioridades – arroz, feijão na panela, água, óleo e sal. A saúde está completamente colapsada.

Ivan falou que conseguiu 55 milhões dos vereadores. Dividindo 55 milhões por 5 dólares cada vacina, há 11 milhões de vacinas. Então não está faltando dinheiro.

O Ivan é assessor parlamentar da SMS com todo o parlamento, municipal, estadual e nacional, é preciso entender a política Regimentalmente, é obrigação da SMS estruturar a Conferência. Na prática, não há estrutura nem mesmo ao CMS. Nenhum dos conselheiros recebeu tablet. Dimas pode falar, à luz da verdade, das dificuldades de acesso na região sul. A CMP e a FACESP fizeram reunião – as lideranças participaram e o posicionamento do Conselho hoje está de acordo com o deles. Os dirigentes participaram e levaram ao seu segmento. O posicionamento do CMS reflete o nosso posicionamento. O CMS faz um trabalho primoroso. É possível e necessário buscar alternativas para que os interessados possam participar e protagonizar a Conferência.

**Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência:** É da STS Butantã – e na reunião seria debatido o adiamento, mas não teve quórum. Concorda com a prorrogação da data da Conferência. É o referencial que dá a esse respeito. Considera que precisam definir diretrizes. Esperar todos serem vacinados? É um referencial, mas que segundo os sanitaristas só ocorrerá no segundo semestre do ano que vem. Seria um ano e meio sem Conferência. Outra possibilidade seria a de definir um prazo, de tal forma que se consiga elaborar o Plano Municipal de Saúde para que possa servir de base ao PPA. Isto não precisa ser definitivo, mas um diferencial, para que as comissões tenham metas, um caminho a seguir.

Traz questão da acessibilidade à nova tecnologia. Existem outros problemas, desde acesso à internet e conexão do computador ou celular para participar de videoconferência. Propõe que a subcomissão de Infraestrutura abra discussão a quem quiser levar questões para lá. Propostas podem ser enviadas diretamente à respectiva subcomissão, deixando o Pleno para discussão de grandes questões, pautadas pela Comissão Executiva.

**Convidada Miriam Carvalho de Moraes Lavado, da AGP da SMS:** Precisa pontuar que não dá para ser no final do 2º semestre. Precisa ocorrer até julho para contemplar os instrumentos de gestão.

Ficou intrigada pela sugestão do Erivalder sobre as propostas da vigésima Conferência.

Precisam conversar, quer entender qual a ideia. Está interessada. Fala à Plenária que não estão escondendo nada. Se houver informação específica que desejam acessar, pede que entrem em contato.

Pensando nas limitações de acesso da internet nas periferias estão avaliando atividades assíncronas, facilitando em ocasiões de má qualidade de conexão.

Querem construir juntos. Não acredita em Conferência presencial ou híbrida no 2º semestre. Cabe a ela trazer a questão de lidar com a situação do momento.

Gostou muito da plataforma. Participa mais. Com relação à estrutura da UBS, quer verificar se é possível. As STS e o CMS apoiariam a ideia, mas há de se haver discussão. O Planejamento está aberto.

**Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública:** Temos que adiar a Conferência, que deverá ser totalmente de forma virtual. Quer destacar a importância de manter o SUS vivo, manter essa pauta, as necessidades dos territórios. O adiamento não ocorre apenas por conta da organização. Vê o grau de complexidade que envolve a organização de um Congresso. Estão participando do Congresso do COSEMS. A sociedade brasileira vive um momento grave.

Temos que enfrentar a pandemia, o que não significa que o governo não tenha que fazer discussão com o Conselho na construção do PMS. Trazer temas para discussão. Não é só a questão da Conferência. Os Conselheiros têm essa atribuição e responsabilidade. Devem trazer temas para discussão antes da aprovação do Plano.

O que estão pensando sobre a Atenção Básica? Urgência e Emergência? Não se trata de inverter a agenda, mas dar flexibilidade à questão dos instrumentos de planejamento e controle social no SUS.

**Convidada Vera Lúcia Mariano:** É de São Mateus. Discutiram na coordenadoria Leste e com as interlocutoras da AGPP as dificuldades colocadas por todos. Em São Mateus, o cronograma passado no Pleno foi discutido. Tiraram uma pré-comissão organizadora da Conferência. É favorável ao adiamento, mas pede que se mantenha a organização local. A Pré-Comissão criará espaço nas comissões e unidades para que a Conferência ocorra no segundo semestre. Como já foi dito, provavelmente será virtual também.

**Convidado Adilson Araújo:** O Ivan Cáceres está na SMS e era assessor do vereador Natalini. Esclarece esta questão para não pairar dúvidas. Ontem, estava assistindo à Câmara. Uma vereadora teve a ideia e propôs que todos doassem 1 milhão cada. A favor da saúde. É da OSS Chácara Santo Antônio – SACA.

**Silas Lauriano Neto, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais:** A gente quase não tem espaço de discussão.

A não realização da Conferência seria uma grande perda, inclusive pelo momento atual, em que há pouco tempo de discussão na sociedade. Precisam lutar ou mesmo exigir do governo que ofereça as condições de realização da Conferência. Efetivamente, será difícil para usuários e trabalhadores.

**Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste:** Traz informe – a respeito da mudança da coordenação da Comissão de Políticas Públicas. De forma altruísta, Fábio Salles abriu para que ele assumisse a coordenação da Comissão. O primeiro passo foi o fato de ter zerado a pauta. Estão com a agenda da Comissão de Políticas Públicas zerada, abrindo autonomia a mais trabalho. Agradece e se despede.

**Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público:** Tem se reunido na Sé. Procuram fazer reuniões e ouvir usuários, trabalhadores e gestores, de forma individual e coletiva. Têm procurado a coesão e coerência.

Têm demandas específicas – consultório de Rua, imigrantes, Camila participa ativamente. Tentam retornar à comissão sem mesmo ter recebido a relatoria. Estão todos juntos nesse processo, respeitando a diversidade de cada um.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Fala sobre o limite estipulado no mês de

junho. A ideia é que se avalie durante todas as reuniões da Organizadora, caso contrário fica complicado. É necessária avaliação mês a mês. Nenhuma decisão será tomada sem conversa prévia com os movimentos. Fala-se do segundo semestre e a ideia é trabalhar com essa perspectiva. Precisam entrar na plataforma para conhecê-la. É necessário participar mais, um exercício que o próprio Flávio ofereceu, e incluir dados da infraestrutura para planejamento regional e inclusão de membros do território. Havia colocado a ideia de que um grupo reduzido conversasse com o Secretário e com a AGPP da SMS, e estabelecer termo de compromisso a ser negociado. Se extrapolar a data de julho, houver a possibilidade de apresentação de algumas diretrizes. O processo de construção do Plano se dá dentro do CMS. A LDO, assim como outras questões do orçamento serão discutidas em reunião ampliada, e posteriormente encaminhada ao Conselho e população geral via consulta ampla.

As questões dos instrumentos de gestão serão discutidas em reunião marcada para a próxima quinta-feira. Primeiro, é importante aprovar as propostas: Um grupo reduzido e o encontro com todas as instâncias de decisão da SMS. Grupo pequeno e termo de compromisso.

O documento será enviado para Câmara, MP, TCM, CES, CNS. Depois, haverá conversa com o Secretário para dar continuidade e legitimar a discussão proposta nos encaminhamentos com a Secretaria. Pergunta se algum presente é contrário ao adiamento da reunião para o segundo semestre.

**Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência:** Sugere que se leve para a Comissão Organizadora ter uma data provisória de referência para que as subcomissões possam trabalhar e aceitem propostas, entre junho e julho, e deixem agosto para a consolidação do Plano Municipal de Saúde, para que, se necessário, o Pleno possa se reunir para tomar decisões não tomadas até a Conferência. Muitos problemas surgem após a reunião, o que requer discussão. Reitera a ideia de que as propostas devem ser levadas diretamente às subcomissões.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Sintetiza as ideias do colega Gilberto: - Levar para a Organizadora debater da data, que deveria estar centrada entre junho e julho; Debate interno da Organizadora para pré-definição de data; Grupo reduzido para diálogo com Secretário; Termo de Compromisso; Manutenção da Organizadora. Consulta o Pleno. **Aprovado.**

**Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP:** Houve conversa com coordenadores e gestores da Saúde. É preciso aumentar as vacinações. Os profissionais estarão envolvidos em campanhas de vacinação. Como é possível colocar previsão para junho de início das pré-conferências sendo que todos estarão atarefados com vacinas e esse tipo de coisa?

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Não haverá aprovação de data ainda, mas sim um debate na Organizadora. Não é possível. Haverá avaliação durante o debate. Isso será levado ao Pleno.

**Convidada Mirta:** - Diz que há 2 mensagens do Jorge Kayano muito importantes Lê:

*“Uma sugestão: o Conselho pode aprovar um período de realização das Pré-Conferências que atendam às condições de infraestrutura técnica para habilitar a participação do segmento dos usuários e trabalhadores conferências entre maio e julho?”*

*“Para que as pré-conferências possam acontecer, é imprescindível a elaboração de um documento base, que cabe ao Conselho providenciar em tempo hábil. Em paralelo ao processo de realização das pré-conferências, o Conselho Municipal de Saúde precisa acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Saúde pela Secretaria, instrumento indispensável para que a Secretaria envie suas propostas para o Plano Plurianual, cujo prazo máximo de envio para a Câmara é 30 de setembro.”*

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Isso consta no documento escrito pela UMPS e lido na Organizadora. Se houver diferença em relação ao documento formal apresentado, haverá discussão posterior.

Passa ao próximo ponto de pauta.

**Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:** Informa que o Conselho Gestor da STS Vila Mariana/Jabaquara teve reunião ordinária. Aconteceu um problema grave: a Gestora chegou à reunião dizendo que o Freud iria passar para Gestão de OSS, porque o Secretário havia passado por lá e viu a fila da vacinação. Foi apontado pela Supervisão que a Gerência não providenciou nada para aquela fila.

O Conselho Gestor da UBS Freud já havia se posicionado afirmando que não passaria para OSS, e sempre nas reuniões a Gestora dizia que não havia nada a informar sobre a passagem da UBS do Freud para as OSS. Informa também que as atividades do Fórum de Gestão Participativa da Região Sudeste foram retomadas. Haverá uma reunião no dia 25/03, quinta-feira, às 09h e convida todos; solicita que se possível não haja reunião da Comissão Organizadora.

Sobre os Informes da Comissão de Patologias e Doenças Raras, agradece todos pela participação do II Seminário do Conselho Municipal de Saúde/Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo - Cuidando das Pessoas Vivendo com Doenças Raras e Apoio aos Familiares no Município de São Paulo, realizado em 26/02/2021. A Comissão realizou reunião ordinária no dia 02/03/2021, com apresentação da Casa Hunter, que tem o objetivo de trabalhar com várias Doenças Raras. Dentro de seus trabalhos ela tem contato com alguns hospitais universitários, que conseguem encaminhar pessoas com Doenças Raras sem passar pelo processo de regulação. Isto nos coloca em cheque. A regulação precisa ser capacitada para dar os devidos encaminhamentos. Estão empenhados na Casa dos Raros, que já está sendo construída no RS. Outro está sendo construído em SP. A Casa Hunter é uma das federadas da FEBRARRARAS – Federação Brasileira de Doenças Raras, que tem uma repercussão no cenário nacional sobre as Doenças Raras.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Fala da ata da CIST que precisa ser enviada para Dra. Tatiana do MPT. É necessário responder cumprimentando cordialmente à Vossa Excelência. Faz leitura do documento a respeito da reestruturação da COVISA e necessidade da audiência do MPT para esclarecimento.

O Secretário Júlio vai verificar se foi encaminhada ata ao MP.

**Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP:** Responde que as atas foram enviadas. No entanto, não recebeu relatório.

**José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Pede que Julio encaminhe a data do e-mail da Dra. Tatiana e informe se foi protocolado o processo. Enviará ofício hoje.

**Convidada Mirta:** Concorde com a conselheira Vita – UBS Freud não deve ir para OSS sem aprovação do Conselho Gestor. Ao questionarem na reunião, foi informado que a UBS Freud iria para contrato de gestão a partir de segunda-feira. Havia sido encaminhado documento pedindo à coordenadoria, STS e SM que nenhuma unidade fosse passada para OSS sem discussão com o controle social. Documento ficou parado e foi encaminhado no último dia 09 via AGP da região Sudeste. Havia quinze participantes do Conselho na reunião – vão fazer documento contra enviar Freud para OSS.

**Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** COFIN se reuniu ontem. Analisaram documentos. Não têm conseguido presença da área técnica.

Precisam comunicar MP, TCM, para que tenham acesso às contas da SMS e proceder a avaliação dos gastos dos hospitais de campanha. Vai levar à Executiva.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Deodato deu informe de que estão tentando terminar trabalho que faziam sobre avaliação dos gastos dos hospitais de campanha. Foram feitas 3 reuniões. Depois das reuniões, não veio ninguém da Gestão para dar sequência. Encaminhamento é levado para Executiva. Se não houver solução, haverá encaminhamento da resolução ao MP, Controladoria e Tribunal de Contas.

Pergunta se mais alguém quer dar Informe de Comissões ou dos conselheiros.

**Marta Antônia Soares, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Saúde da População Negra. Dá Informe que na última reunião, com 10 participantes, seria feito encontro de formação com o tema “Instrumentos de Gestão”.

Na próxima 4ª feira terão outros encontros com Maria do Carmo da EMS.

**Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:** Fala da transferência da UBS Freud para OSS. Até então, a gestora afirmava não existir esta preocupação.

Ficou triste com a tomada de decisão de passar para OSS. Lembrou-se da articulação para perda dos direitos políticos de Lula.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Lembra da devolutiva da reunião do MP. É preciso cobrar a questão das transferências, que devem ser discutidas com o Conselho.

**Anderson Pereira Lopes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul:** Denunciaram a demora de regulação de COVID 19. Participaram do Jornal Nacional, CBN, SPTV – pessoas esperando mais de 36 horas – a regulação de leitos. A OS Einstein gerencia o M' Boi Mirim e afirma que há mais de 342 leitos enquanto a espera é grande. Estão à frente do contato. Justifica a sua ausência na reunião passada, por estar em reunião do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba.

**Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP:** Não há Informes da Mesa.

**Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:** Demais informes deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva e enviados via WhatsApp.

Encerra a reunião às 19h37.

Agradece à equipe da Secretaria Geral – Júlio e Denize, convidados e conselheiros.